

## O Regime Militar – do Golpe aos anos de chumbo

### Resumo

---

No contexto de radicalização política do governo João Goulart, onde cresciam por parte das esquerdas a demanda pelas “Reformas de Base”, foi deflagrado, no dia 31 de março de 1964, um golpe militar que tiraria João Goulart da presidência da República. O amplo apoio de setores da população civil – como os empresários, as grandes empresas e até mesmo setores da Igreja Católica – levaram os historiadores a chamarem este episódio de golpe “civil-militar”. O golpe também teve apoio do governo norte-americano, que o considerava o caminho certo para afastar uma possível “ameaça comunista” ao Brasil no contexto de Guerra Fria. É importante lembrar que Cuba acabara de passar pela sua Revolução, ampliando o temor estadunidense de que os ideias de esquerdas se espalhassem pela América.

Após o golpe, João Goulart se exilou no Uruguai e foi organizado o “Comando Supremo da Revolução”, composto por três membros: o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), o vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha) e o general Artur da Costa e Silva, representante do Exército.

Essa junta militar baixou um “Ato Institucional” – uma invenção do governo militar que não estava prevista na Constituição de 1946 nem possuía fundamentação jurídica. Seu objetivo era justificar os atos de exceção que se seguiram. Ao longo do mês de abril de 1964 foram abertos centenas de Inquéritos Policiais-Militares (IPMs). Milhares de pessoas foram atingidas em seus direitos: parlamentares tiveram seus mandatos cassados, cidadãos tiveram seus direitos políticos suspensos e funcionários públicos civis e militares foram demitidos ou aposentados.

Após o provisório governo do “Comando Superior da Revolução”, Castelo Branco assumiu a presidência, eleito de forma indireta. O governo ao longo da ditadura ocorreu através dos Atos Institucionais. O primeiro deles foi o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que, entre outras medidas, legitimava o golpe e concedia maior poder ao presidente. A partir do AI-1, o chefe do Executivo teria condições de apresentar emendas constitucionais ao Congresso e aprová-las por maioria simples, suspender temporariamente os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos e decretar estado de sítio.

Ainda em 1964 foi decretado o AI-2 que suprimia as eleições diretas para presidente, concedia a Justiça militar competência para julgar civis que haviam cometido crimes contra a segurança nacional e instituía o bipartidarismo: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) constituía o partido do governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) se posicionava como oposição e sofria sob a constante ameaça de cassação.

Em 1966, o AI-3 suprimia eleições diretas para governadores dos estados e prefeitos das capitais. Nesse mesmo ano o AI-4 foi editado, convocando deputados e senadores para eleger o novo presidente e elaborar uma nova Constituição. Aprovada em janeiro de 1967, a Carta legitimou o Estado autoritário e manteve o Poder Legislativo subordinado ao Executivo.

Pouco antes de deixar o governo, Castello Branco decretou a Lei de Segurança Nacional, segundo a qual qualquer pessoa considerada desestabilizadora do regime instituído poderia ser alvo de severas punições.

O escolhido para suceder a Castelo Branco foi Costa e Silva (1967-69), presidente da linha dura. O novo presidente, no entanto, teve que enfrentar a oposição dos setores civis ao regime, insatisfeitos com a permanência dos militares no poder já por quatro anos. Em 1968 movimentos estouraram por todo país, incentivados pela chamada “contracultura” norte- americana, hippies, os movimentos estudantis de Paris e a Primavera de Praga na Checoslováquia. Os próprios políticos que apoiaram e legitimaram o golpe começaram a vê-lo com outros olhos, pois suas garantias estavam limitadas.

É nesse contexto de crescimento da oposição ao regime – como movimentos emblemáticos como a Passeata dos 100 mil – que o AI-5 é editado, intensificando o poder do presidente, as intervenções federais nos estados e municípios, ampliando a perseguição política, a tortura e a censura. O AI-5 se tornou o mais violento Ato Institucional.

## Manifestações Culturais

Ao longo da Ditadura Militar, as manifestações culturais foram utilizadas como instrumento de manifestação política. Logo nos primeiros anos após o golpe, o governo se utilizou de estratégias coercitivas para evitar manifestações contestatórias ao regime. Os jornais e revistas, por exemplo, foram constantemente utilizados como mecanismo de contestação e resistência ao regime.

No teatro, muitas apresentações também tinham um teor contestatório. Grupos como o Opinião, Oficina e o Arena montavam peças de questionamento as arbitrariedades da Ditadura Militar. Em 1965, por exemplo, foi encenada a peça “Liberdade, Liberdade”, de Millôr Fernandes e Flavio Rangel, que criticava o governo militar.

Os festivais de música brasileira também foram cenários importantes para atuação dos compositores, que compunham canções de protesto. Os anos 60 e 70 vivenciaram o esplendor da produção musical no Brasil. Compositores e cantores como Tom Jobim, Vinícius de Moraes, Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil trouxeram músicas de resistência à repressão militar, que então limitava as liberdades artísticas. Nesse contexto, as chamadas “canção de protesto” tinham como objetivo criticar a ditadura e reivindicar os anseios democráticos.

O Tropicalismo foi, sem dúvidas, um dos movimentos mais representativos desse período. Engajados no duplo propósito de se posicionar criticamente à Ditadura e de pensar a formação de uma identidade nacional, os tropicalistas se sobressaíram ao defenderem a importância do intercâmbio com as demais culturas do mundo. Deste modo, se por um lado se posicionavam criticamente ao “imperialismo econômico norte-americano”, por outro se utilizavam da “estrangeira” guitarra elétrica e de outras influências do Rock’n Roll.

Nesse contexto, ganha destaque o Cinema Novo, movimento que teve início nos anos de 1950 e viveu seu auge na década de 1960, com os primeiros filmes de Glauber Rocha e Ruy Guerra. O movimento defendia produções fora dos grandes estúdios, com imagens e personagens naturais. Os filmes retratavam, por exemplo, o Nordeste e as favelas cariocas, temas não muitos caros ao “glamour do cinema hollywoodiano”.

Além destes, as manifestações estudantis foram expressivos meios de denúncia e reação contra a ditadura e a subordinação brasileira aos objetivos e diretrizes do capitalismo norte-americano, encontrando amplo crescimento nos anos de Regime Militar. Em 1968 uma manifestação contra a má qualidade do ensino, realizada no restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro, foi violentamente reprimida pela polícia, resultando na morte do estudante Edson Luís Lima Souto. A reação estudantil foi imediata: no dia seguinte, o enterro do jovem estudante transformou-se em um dos maiores atos públicos contra a repressão; missas de sétimo dia foram celebradas em quase todas as capitais do país, seguidas de passeatas que reuniram milhares de pessoas.



A Passeata dos 100 mil

## Os Anos de Chumbo

O ano de 1968 ficou conhecido na história como o “Ano que não terminou”, marcando um período intenso na política e na produção cultural ao redor do mundo. Além de assassinatos como o do Pastor e líder Martin Luther King, do Senador norte-americano Robert Kennedy, também marcaram presença a Guerra do Vietnã, o auge do movimento Hippie, a Primavera de Praga, os protestos do Maio de 68, na França e, na América Latina, os diversos atos contra os governos autoritários. No Brasil, não diferente, eventos como a “Passeata dos cem mil” e a morte do estudante Edson Luís demonstram a tensão que se construía entre a Ditadura e seus opositores.

A resposta do Governo para essa intensificação nos atos foi, primeiramente, a proibição de manifestações em ruas de todo o país pelo Ministro da Justiça, em 5 de julho. Em seguida, em um ato ainda mais radical do Governo, é decretado em dezembro de 1968 o Ato Institucional Nº5 (AI-5).

Assinado pelo presidente Arthur da Costa e Silva, o AI-5 legitimava o fechamento do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e das câmaras municipais. O ato permitia ao chefe do Executivo, no caso, o presidente, o poder de cassar os mandatos legislativos, executivos, federais, estaduais e municipais, ou seja, concedia plenos poderes ao presidente que podia, ainda, suspender os direitos políticos dos cidadãos, demitir, remover, aposentar funcionários civis e militares.

O texto indicava também plenos poderes para demitir e remover juízes, decretar estado de sítio sem restrições ao país, legislar por decreto e baixar outros atos institucionais completos. Por meio do texto, o governo retirou o direito a habeas corpus (liberdade provisória enquanto responde ao processo) aos acusados de crimes contra a segurança nacional. Esses acusados passaram a ser julgados por tribunais militares sem direito a recorrer.

Este é considerado um dos capítulos mais tristes da história republicana brasileira. Com **Emílio Garrastazu Médici (1969-74)** na presidência, a tortura foi instituída contra aqueles que se opusessem ao regime. Muitos morreram, desaparecem ou foram obrigados a partir para o exílio. A tortura se intensificava enquanto no plano econômico os militares ressaltavam os avanços do dito “milagre econômico”.

Assim, apesar das perseguições, prisões arbitrárias e torturas ocorrerem nos porões da ditadura, silenciando opositores, o país passava uma imagem de tranquilidade e crescimento para a população. Com o “milagre econômico” (que apesar do enriquecimento, gerou uma alta concentração de renda e aprofundou as desigualdades) e a conquista da Copa do Mundo de 1970, o clima de euforia se intensificou, ajudando, portanto, a criar a falsa imagem de um país próspero e que se modernizava. Aproveitando o contexto, o regime construiu um forte esquema publicitário, que apelava para o nacionalismo e para a marginalização dos opositores, lançando campanhas com frases como “Brasil, ame-o ou deixe-o” e “Brasil Potência”.



Propaganda do Período



Médici, então presidente segurando a Troféu da Copa do Mundo de 1970

O chamado “Milagre econômico”, fundamentou-se em duas bases: de um lado, um endividamento externa para a obtenção de tecnologia estrangeira; e de outro, na concentração da renda para ampliar o mercado consumidor de tais produtos. No período entre 1964 e 1978, a dívida externa brasileira passou de 2,5 bilhões para 40 bilhões.

Esse modelo, além disso, promoveu um processo de concentração de renda, excluindo do poder de compra milhões de pessoas. Deste modo, apesar de garantir o crescimento econômico, tornou inevitável o afloramento de graves tensões sociais, o que era sufocado pela crescente repressão do período.

## Resistência

Muitas foram as formas de resistência à Ditadura Militar neste período, seja através de recursos legais, buscando o respeito à direitos básicos, criando expressões culturais críticas, até os movimentos armados, com guerrilhas urbanas e rurais. Neste período, movimentos culturais como o Cinema Novo e o Tropicalismo realizaram duras críticas à política brasileira e conviveram com a censura. Diversos protestos e enfrentamentos diretos entre estudantes e militares também marcaram de sangue as ruas das grandes capitais. No campo político, destaca-se a atividade de apenas dois partidos oficiais, o ARENA, que apoiava o governo e o MDB, a oposição consentida. Por fim, com atuações mais violentas, grupos guerrilheiros se espalharam pelo país e estimularam revoltas e tentativas de derrubada do Governo Militar. Neste contexto, destacam-se grupos como o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Var-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), entre outras.

## Exercícios

---

1. Na presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe de governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil.” (Manifesto dos ministros militares à Nação, em 29 de agosto de 1961).

Esse Manifesto revela que os militares

- a) estavam excluídos de qualquer poder no regime de democracia presidencial.
- b) eram favoráveis à manutenção do regime democrático e parlamentarista.
- c) justificavam uma possibilidade de intervenção armada em regime democrático.
- d) apoiavam a interferência externa nas questões de política interna do país.
- e) eram contrários ao regime socialista implantado pelo presidente em exercício.

2.

### ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 09 DE ABRIL DE 1964

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato.

(...)

Art. 4º - O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados.

(...)

Art. 10º - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

(...)

planalto.gov.br

O Ato Institucional nº 1 foi editado logo após a deposição do presidente João Goulart, em 1964. Nele, figuraram medidas destinadas a legitimar as ações do novo governo, como indica o texto. Um dos efeitos imediatos dessas medidas, no que se refere à atuação do Poder Legislativo, foi:

- a) ampliação de atribuições decisórias
- b) restrição de incumbências tributárias
- c) convocação de eleições parlamentares
- d) perseguição de grupos opositores
- e) o fortalecimento de ideais democráticos

3. “Boicote ao militarismo”, propôs o deputado federal Márcio Moreira Alves, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 2 de setembro de 1968, conclamando o povo a reagir contra a ditadura. O clima vinha tenso desde o ano anterior, com forte repressão ao movimento estudantil e à primeira greve operária do regime militar. O discurso do deputado foi a “gota d’água”. A resposta veio no dia 13 de dezembro com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI 5).

**DITADURA descarada.** In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 4, n.39, dez. 2008 (adaptado).  
Considerando o contexto histórico e político descrito acima, a AI 5 significou:

- a) a restauração da democracia no Brasil na década de 60.
  - b) o fortalecimento do regime parlamentarista brasileiro durante o ano de 1968.
  - c) o enfraquecimento do poder central, ao convocar eleições no ano de 1970.
  - d) o desrespeito à Constituição vigente e aos direitos civis do país a partir de 1968.
  - e) a responsabilidade jurídica dos deputados por seus pronunciamentos a partir de 1968.
4. Eu não tenho hoje em dia muito orgulho do Tropicalismo. Foi sem dúvida um modo de arrombar a festa, mas arrombar a festa no Brasil é fácil. O Brasil é uma pequena sociedade colonial, muito mesquinha, muito fraca.

**VELOSO, C.** In: **HOLLANDA, H. B.; GONÇALVES, M. A.** *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1995 (adaptado).

O movimento tropicalista, consagrador de diversos músicos brasileiros, está relacionado historicamente:

- a) à expansão de novas tecnologias de informação, entre as quais, a Internet, o que facilitou imensamente a sua divulgação mundo afora.
- b) ao advento da indústria cultural em associação com um conjunto de reivindicações estéticas e políticas durante os anos 1960.
- c) à parceria com a Jovem Guarda, também considerada um movimento nacionalista e de crítica política ao regime militar brasileiro.
- d) ao crescimento do movimento estudantil nos anos 1970, do qual os tropicalistas foram aliados na crítica ao tradicionalismo dos costumes da sociedade brasileira.
- e) à identificação estética com a Bossa Nova, pois ambos os movimentos tinham raízes na incorporação de ritmos norte-americanos, como o blues.

5. O Ato Institucional nº 5, editado durante o governo Costa e Silva, permitiu a esse presidente, entre outras medidas:
- a) convocar uma assembleia constituinte.
  - b) criar novos ministérios e empresas estatais.
  - c) decretar o recesso do Congresso e promover cassações de mandatos e direitos políticos.
  - d) contratar maiores empréstimos no exterior.
  - e) promover uma reformulação' do sistema partidário.

6. Leia a seguir o trecho de uma canção de Chico Buarque, lançada e proibida em 1978:

“Hoje você é quem manda  
Falou, tá falado  
Não tem discussão  
A minha gente hoje anda  
Falando de lado  
E olhando pro chão, viu  
Você que inventou esse estado  
E inventou de inventar  
Toda a escuridão  
Você que inventou o pecado  
Esqueceu-se de inventar  
O perdão.”

Identifique nas alternativas abaixo a que corresponde ao contexto da história do Brasil que a canção criticava.

- a) O governo de Getúlio Vargas, caracterizado pela centralização e personalização do poder e pela suspensão dos direitos constitucionais.
- b) O governo de Médici, que intensificou a repressão aos opositores, tornou a censura ainda mais rígida e manteve o Ato Institucional nº5, que lhe dava poderes para fechar o congresso.
- c) O governo de Médici, que, a partir das críticas feitas pela sociedade, foi se encaminhando à abertura democrática.
- d) O governo de Castelo Branco e o Ato Institucional nº3, que extinguiu os partidos, acabou com as eleições e reprimiu os movimentos de trabalhadores do campo e da cidade.
- e) A Junta Militar, que, para resistir aos ataques dos grupos de extrema esquerda, teve de aumentar o controle sobre os meios de comunicação.

7. O golpe militar em 1964 foi acompanhado por alterações na organização política do Brasil, como a cassação de direitos políticos, o fechamento de partidos e a censura. A partir de 1969, iniciou-se um período conhecido como “milagre” econômico brasileiro, em que predominaram os investimentos em bens de consumo duráveis, a exportação de manufaturados e a abertura do mercado ao capital estrangeiro. Foi também característica desse modelo econômico:
- a) a criação da Companhia Siderúrgica Nacional.
  - b) o investimento de capitais nas pequenas indústrias.
  - c) a redução dos salários dos trabalhadores menos qualificados.
  - d) a extinção do Sistema Financeiro de Habitação.
  - e) a criação da Sudene.
8. Leia atentamente as alternativas abaixo.
- I. No governo Médici, observamos o auge da ação dos instrumentos de repressão e tortura instalados a partir de 1968. Os famosos “porões da ditadura” ganhavam o aval do Estado para promover a tortura e o assassinato no interior de delegacias e presídios;
  - II. A repressão aos órgãos de imprensa foi intensificada, impossibilitando a denúncia das arbitrariedades que se espalhavam pelo país. Ao mesmo tempo, no governo de Médici, foi observado o uso massivo dos meios de comunicação para instituir uma visão positiva sobre o Governo Militar;
  - III. A participação do Estado na economia ampliou-se significativamente com a criação de aproximadamente trezentas empresas estatais entre os anos de 1974 e 1979. A expansão do setor industrial, viabilizada por meio da expansão do crédito incitou uma explosão consumista entre os setores médios da população.
- Indique a alternativa correta abaixo:
- a) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
  - b) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
  - c) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
  - d) se todas as afirmativas estiverem corretas.
  - e) se todas as afirmativas estiverem incorretas.

- 9.** A economia brasileira, em fins da década de 1960, apresentou um novo direcionamento analisado de modo ambíguo pelos especialistas: tanto corresponderia a uma política distributivista, quanto a uma política econômica altamente concentracionista da riqueza e da renda do país. Apesar dessa ambiguidade, não se pode negar que, nesse período:
- a) o aspecto concentracionista da economia foi determinado pela violência da perseguição política movida pelo regime militar aos setores médios urbanos.
  - b) o novo direcionamento econômico elevou o nível médio salarial da classe operária no Brasil.
  - c) o cunho-distributivista da economia brasileira, para os que o defendem, teve sua origem no caráter altamente democrático de participação no mercado financeiro.
  - d) a característica distributivista deveu-se ao aumento da renda dos trabalhadores do setor primário da economia.
  - e) a economia concentracionista deveu-se à política de arrocho salarial seletiva, praticada pelos governos militares.
- 10.** O "milagre econômico" durante o governo Médici repousou sobre a:
- I. inter-relação de interesses do capital estatal, do capital privado nacional e do capital internacional.
  - II. redistribuição equitativa de renda entre todos os segmentos da sociedade brasileira.
  - III. política salarial de aumentos aos trabalhadores; de acordo com os lucros da empresa.
- Qual(is) a(s) afirmação(ões) está(ão) correta (s)?
- a) I
  - b) II
  - c) III
  - d) I e II
  - e) I e III

## Gabarito

---

1. **C**

Por meio do documento, percebe-se que os setores militares já se preocupavam com uma suposta ameaça comunista ao Brasil, em um contexto de Guerra Fria. Portanto, para manter um ideal de ordem e segurança nacional, alguns militares já planejavam a possibilidade de uma intervenção armada no governo para afastar Jango da presidência.
2. **D**

Através do AI-1, pôde-se encontrar respaldo legal para a perseguição aos opositores do golpe de 1964. Isso é explicitado pelo trecho ao se falar no direito de “suspender direitos políticos” e “cassar mandatos parlamentares”.
3. **D**

O AI-5, que entrou em vigor a partir de 1968, foi o mais violento dos Atos Institucionais, endurecendo a postura autoritária do governo e desrespeitando a Constituição ao perseguir opositores e restringir direitos.
4. **B**

Durante a década de 1960, o movimento tropicalista reivindicou uma série de questões políticas, baseada em uma estética de valorização da cultura nacional. Apesar de se expandir por diversos meios, o principal vetor do tropicalismo foi a música, que muito cresceu com o desenvolvimento da indústria cultural.
5. **C**

A partir do AI-5 iniciou-se os “anos de chumbo”, período mais duro da Regime Ditatorial. Através do AI-5 os militares tiveram brechas para instituir a tortura e ampliar as perseguições.
6. **B**

A música dialoga com o contexto de opressões e lutas do Governo Médici, que “dava as ordens” e deveriam ser obedecidas. Com a criação do AI-5, o autoritarismo se intensificaria, deixando assim o país “triste e obscuro”, como descreve a canção.
7. **C**

O milagre econômico de 1970 foi acompanhado de uma forte dependência de países estrangeiros, que ampliou a dívida internacional. Com a alta inflação, o governo também congelou o salário mínimo e valorizou uma política de concentração de renda, que aumentou ainda mais as desigualdades sociais.
8. **D**

As três alternativas apontam importantes características dos “anos de chumbo” e do “milagre econômico”.
9. **E**

Com o “arrocho salarial” os reajustes de salário não acompanhavam a inflação. Ele reduzia os custos dos empresários, mas reduzia o poder de compra dos trabalhadores, o que ampliava a concentração de renda.
10. **A**

A associação desses três tipos de capitais, tinha como objetivo promover o amplo desenvolvimento econômico, modelo semelhante ao realizado por JK em seu mandato presidencial.